

NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA, MATERNIDADE RIMA COM PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA?

AT THE BRAZILIAN UNIVERSITY, DOES MATERNITY RHYME WITH SCIENTIFIC PRODUCTIVITY?

EN LA UNIVERSIDAD BRASILEÑA, ¿MATERNIDAD RIMA CON PRODUCTIVIDAD CIENTÍFICA?

FERNANDO HENRIQUE PROTETTI

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Professor do Departamento de Humanidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – São Paulo – SP.

protetti@gmail.com

APARECIDA NERI DE SOUZA

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Professora Colaboradora do Departamento de Ciências Sociais na Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas – SP.

anerisouza@uol.com.br

Recebido em: 26/04/2022

Aceito em: 30/11/2022

Publicado em: 13/09/2023

Resumo

Nesse artigo, analisamos as relações entre carreira acadêmica e maternidade, a partir de pesquisa empírica com depoimentos coletados com quatro professoras de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nesses depoimentos, interrogamos: quais são as tensões entre carreira e maternidade experienciadas por essas professoras? Como as professoras mães e as professoras sem filhos articulam maternidade e carreira? Em suma, na universidade brasileira maternidade rima com a produtividade científica? O trabalho de Bitencourt (2013) sobre maternidade e carreira de acadêmicas na fase de doutorado, além de pioneiro, permitiu-nos um diálogo teórico-metodológico para a análise das relações entre carreira e maternidade. Os resultados obtidos informam que as professoras mães experienciam múltiplas tensões nas relações entre carreira acadêmica e maternidade: jornadas de trabalho extenuantes, delegação do trabalho reprodutivo a outrem, maior tempo para a construção da carreira e sentimento de culpa frente à dificuldade de conciliação da maternidade com a carreira. Para as professoras sem filhos, a escolha pela não maternidade em defesa da carreira, fundamentada na produtividade científica, constitui-se na principal tensão experienciada. Se a produtividade científica é o motor da carreira acadêmica atual, a maternidade tende a figurar como um empecilho para a construção da carreira acadêmica.

Palavras-chave: Universidade brasileira. Maternidade. Carreira acadêmica. Professoras universitárias.

Abstract

In this article, we analyze the relationship between academic career and motherhood, based on empirical research with testimonies collected from four sociology professors at the State University of Campinas (Unicamp). In these testimonies, we asked: what are the tensions between career and motherhood experienced by these professors? How do mother and childless professors articulate motherhood and career? In short, at the Brazilian university, does maternity rhyme with scientific productivity? Bitencourt's (2013) work on motherhood and career of academics in the doctoral phase, in addition to being a pioneer, allowed us to have a theoretical-methodological dialogue for the analysis of the relationship between career and motherhood. The results obtained indicate that the mother professors experience multiple tensions in the relationship between academic career and motherhood: strenuous working hours, delegation of reproductive work to others, longer time to build a career and feelings of guilt despite the difficulty of reconciling motherhood with the career. For professors without children, the choice of non-maternity in defense of the career, based on scientific productivity, constitutes the main tension experienced. If scientific productivity is the engine of the current academic career, motherhood tends to appear as an obstacle to the construction of an academic career.

Keywords: Brazilian university. Maternity. Academic career. University professors.

Resumen

En este artículo analizamos las relaciones entre carrera académica y maternidad a partir de una investigación empírica con testimonios recogidos de cuatro profesoras de sociología de la Universidad Estatal de Campinas (Unicamp). En estos testimonios, cuestionamos: ¿Cuáles son las tensiones entre carrera y maternidad vividas por estas profesoras? ¿Cómo articulan la maternidad y la carrera las profesoras madres y las profesoras sin hijos? En resumen, ¿en la universidad brasileña la maternidad rima con la productividad científica? El trabajo de Bitencourt (2013) sobre maternidad y carrera de académicas en fase de doctorado, además de ser pionero, nos permitió tener un diálogo teórico-metodológico para el análisis de las relaciones entre carrera y maternidad. Los resultados informan que las profesoras madres experimentan múltiples tensiones en las relaciones entre carrera académica y maternidad: jornadas de trabajo extenuantes, delegación del trabajo reproductivo a otros, más tiempo para construir una carrera y sentimientos de culpa ante la dificultad para conciliar la maternidad con la carrera. Para las profesoras sin hijos, la elección de la no maternidad en defensa de la carrera, basada en la productividad científica, constituye la principal tensión experimentada. Si la productividad científica es el motor de la carrera académica actual, la maternidad tiende a aparecer como un obstáculo para la construcción de la carrera académica.

Palabras clave: Universidad brasileña. Maternidad. Carrera académica. Profesoras universitarias.

1 Introdução

Eu enfrentei muitos desafios. O primeiro foi durante o casamento. No mestrado eu já fui orientada: “Olha, não tenha filho. Se você aparecer [com] filho - isso o meu orientador já falecido falou - você vai criar um problema para nós. Senão você não vai terminar esse mestrado”. Então eu já vivi com aquele medo: “Ai, meu Deus! Eu não posso engravidar”. Então você casa, você está jovem, é o período que uma mulher engravidaria e aí você fica com aquilo: “Ah, eu tenho que produzir, eu tenho que trabalhar e eu não posso engravidar”. Então já tem todo um medo. (MULHERES, 2017).

A partir da realização de pesquisa empírica sobre as condições de trabalho docente nos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi possível verificarmos que a maternidade e a maternagem têm centralidade para as professoras no processo de construção da carreira acadêmica; diferentemente, para os professores, a paternidade e a paternagem¹ tendem a figurar como uma questão menor ou sequer existente (PROTETTI, 2019).

Diante desse fato tão incongruente e de uma temática ainda pouco explorada e debatida no interior do campo universitário,² analisamos, nesse artigo, as relações entre carreira acadêmica e maternidade para as professoras de sociologia da Unicamp. Nesta direção, interrogamos: quais são as tensões entre carreira e maternidade experienciadas por essas professoras? De que maneira as professoras mães e as professoras sem filhos articulam maternidade e carreira? Em suma, na universidade brasileira, a maternidade rima com a produtividade científica?

Para respondermos a essas perguntas, inicialmente, apresentaremos os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, para, num segundo momento, delinear o processo de concessão da licença-maternidade na ciência brasileira com base na legislação vigente e, em seguida, problematizarmos as relações entre carreira acadêmica e maternidade. Posteriormente, analisaremos as relações entre carreira acadêmica e maternidade para as professoras de sociologia da Unicamp. E, por fim, a título conclusivo, responderemos à pergunta que é título desse artigo: na universidade brasileira, maternidade rima com produtividade científica?

¹ Maternidade e paternidade se referem à condição de ser mãe e pai, ao passo que maternagem e paternagem são compreendidos como o cuidado com os filhos. Sobre maternidade e maternagem, ver Gradwohl, Osis e Makuch (2014). Neste artigo, adotaremos o termo “maternidade” para nos referirmos tanto à condição de ser mãe (maternidade) quanto ao cuidado com os filhos (maternagem).

² “Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.)” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 72).

2 Nota metodológica

Na pesquisa realizada sobre o trabalho dos professores nas universidades federais da região Sudeste, Sguissardi e Silva Júnior (2009), ao invés de tomarem a fala, deram a palavra aos professores entrevistados. Com base nesse modelo de pesquisa, adotamos a perspectiva analítica de dar a palavra às professoras de sociologia da Unicamp para que elas próprias nos dissessem a maneira pela qual elaboram, objetiva e subjetivamente, as relações entre carreira acadêmica e maternidade. Aos pesquisadores, coube a tarefa de coletar, organizar, analisar e interpretar os depoimentos dessas professoras buscando apreender os aspectos constitutivos dessas relações.

O uso de entrevistas, enquanto técnica de coleta de dados, apresentou centralidade na pesquisa e os depoimentos orais das professoras entrevistadas se constituíram como os principais dados de pesquisa.

Os sujeitos empíricos da pesquisa corresponderam às 33 professoras universitárias que, no ano de 2016, estavam credenciadas como docentes permanentes e/ou colaboradoras nos Programas de Pós-graduação da Unicamp em Sociologia – mestrado e doutorado, nota 6 – e em Ciências Sociais – doutorado, nota 4 da Unicamp³. Sendo assim, entrevistamos quatro professoras de sociologia da Unicamp nos anos de 2015 e 2016, a partir de um roteiro semiestruturado, interrogando-as sobre suas trajetórias acadêmica e profissional, o trabalho na universidade e suas condições de realização, o emprego do tempo entre trabalho e não trabalho, a saúde, os movimentos sociais etc. As entrevistas, livremente consentidas aos pesquisadores, por meio da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas, garantindo-se às entrevistadas sigilo e anonimato.

Para qualquer pesquisador ou coletivo de pesquisa que trabalhe com depoimentos orais nas ciências humanas e sociais, o trabalho de Queiroz (1991) representa um clássico, pois encontramos nele uma exposição em detalhes, passo a passo, das etapas de trabalho com os depoimentos orais, fundamentadas na perspectiva teórico-metodológica da História Oral.

“História oral” é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documento, ou cuja

³ Sobre a história dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Ciências Sociais da Unicamp, ver Protetti (2021).

documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. (...). Na verdade, tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo (...). Dentro do quadro amplo da história oral, a “história de vida” constitui uma espécie ao lado de outras formas de informação também captadas oralmente (...). *Assemelham-se às histórias de vida as entrevistas, os depoimentos pessoais* (...). (QUEIROZ, 1991, p. 5-6, grifo nosso)

O trabalho de pesquisa com os depoimentos orais, que captam a “experiência indizível que se procura traduzir em vocábulos”, segundo Queiroz (1991, p. 2), pode ser sintetizado em três fases principais: “da inteligência no propor, passando pela arte de dividir, a fim de chegar à engenhosidade da construção” (QUEIROZ, 1991, p. 119). Registrado acima a primeira fase de trabalho com os depoimentos orais das professoras entrevistadas, o da inteligência no propor, indicaremos a seguir as outras duas fases subsequentes.

A primeira delas, iniciada após as transcrições das entrevistas, diz respeito à análise dos depoimentos orais, sendo esse um processo de “decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los, a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca” (QUEIROZ, 1991, p. 5). Essa arte de dividir realiza-se por meio de análise temática das entrevistas, fragmentação das entrevistas segundo temas, recomposição de cada entrevista segundo ordem de importância e sequência dos temas encontrados e, por fim, de construção e ordenação de famílias temáticas segundo a problemática da pesquisa.

A última fase de trabalho com os depoimentos orais, o da engenhosidade da construção, correspondeu à edificação da exposição dos resultados analisados, tendo em vista a “direção do que é coletivo, isto é, do que é geral, não se detendo nos particularismos”, pois a finalidade da pesquisa foi elucidar “o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social” (QUEIROZ, 1991, p. 21) das professoras investigadas.

Uma vez apresentados os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, delinearemos a seguir o processo de concessão da licença-maternidade na ciência brasileira com base na legislação vigente.

3 Licença-maternidade na ciência brasileira: uma concessão recente

No Brasil, foi apenas em 2010 que a maternidade entre as acadêmicas ganhou maior visibilidade e amparo legal, com a concessão de licença-maternidade às estudantes bolsistas de mestrado e doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Portaria nº 220, de 12 de novembro de 2010) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Resolução Normativa nº 14, de 17 de junho de 2010), mediante a prorrogação da bolsa, por até quatro meses, na ocasião de parto durante sua vigência.

Art. 1º Os regulamentos dos programas de concessão de *bolsas da CAPES, em todas as suas modalidades*, passam a atender o seguinte disposto quanto a duração da bolsa:

I - *No caso de parto ocorrido durante o período da bolsa, formalmente comunicado pelo coordenador a CAPES, a vigência da bolsa será prorrogada por até 4 (quatro) meses, garantidas as mensalidades à parturiente.* (BRASIL, 2010b, online, grifo nosso).

1. Alterar o subitem 4.4.2 das normas específicas da *Pós-Graduação - Bolsas de Mestrado e Doutorado no País*, Anexo IV da RN-017/06 - Bolsas por Quota no País, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.4.2 - *No caso de parto ocorrido durante o período da bolsa, formalmente comunicado pelo coordenador ao CNPq, a vigência da bolsa será prorrogada por até 4 (quatro) meses, garantidas as mensalidades à parturiente.*” (BRASIL, 2010a, online, grifos nossos).

Até então, no caso do CNPq, as estudantes bolsistas de mestrado e doutorado que tivessem filhos durante a vigência da bolsa deveriam ter a bolsa de estudo cancelada ou suspensa, cabendo ao coordenador pela quota:

“6.1 - *Providenciar o cancelamento ou a suspensão da bolsa, a qualquer momento, em função de motivos tais como incúria, doença ou maternidade, afastamento para treinamento/cursos etc., conforme disciplinado nas normas específicas*” (BRASIL, 2006, grifos nossos).

No final de 2012, a licença-maternidade entre as acadêmicas foi estendida às professoras e/ou pesquisadoras bolsistas Produtividade em Pesquisa (PQ) e Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq (Resolução Normativa nº 35, de 6 de novembro de 2012), contudo, para um período maior, de até 12 meses.

Acrescer NOTA aos itens 1.6 da Norma Específica da *Bolsa de Produtividade em Pesquisa - PQ* e 2.6 da Norma Específica da *Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT*, Anexos I e II da RN-016/2006 - Bolsas Individuais no País, com a seguinte redação:

“Nota: no caso de parto ocorrido durante o período da bolsa, formalmente comunicado pela pesquisadora ao CNPq, a vigência da bolsa será prorrogada por 12 (doze) meses. (NR)” (BRASIL, 2012, online, grifos nossos).

Colocando-se em compasso com as principais agências de fomento à pesquisa do país, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no final de 2013, também passou a conceder a licença-maternidade, por até quatro meses, às estudantes bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado e às professoras e/ou pesquisadoras bolsistas de pós-doutorado e jovem pesquisadora.

O Conselho Técnico-Administrativo da FAPESP aprovou, numa reunião realizada no dia 17 de dezembro último, a concessão de licença-maternidade de quatro meses para pesquisadoras com bolsas de dedicação integral concedidas pela Fundação, nas modalidades [iniciação científica,] mestrado, doutorado, pós-doutorado, jovem pesquisador, jornalismo científico e treinamento técnico (com dedicação integral). A medida já está em vigor e as bolsistas interessadas podem solicitar o benefício (...). (LICENÇA-MATERNIDADE, 2014, p. 10, grifos nossos)

No final de 2017, atendendo a uma bandeira histórica de luta da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, que garante a prorrogação dos prazos das bolsas de estudos concedidas por agências de fomento à pesquisa, por até quatro meses, nos casos de maternidade e adoção.

Art. 2º As bolsas de estudo com duração mínima de doze meses, concedidas pelas agências de fomento para a formação de recursos humanos, poderão ter seus prazos regulamentares prorrogados por até cento e vinte dias, se for comprovado o afastamento temporário do bolsista em virtude da ocorrência de parto, bem como de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção durante o período de vigência da respectiva bolsa (BRASIL, 2017, online).

Mais recentemente, a partir de 15 de abril de 2021, atendendo a uma reivindicação antiga de professoras e/ou pesquisadoras – pelo menos, desde maio de 2018, quando da criação da campanha *#maternidadenolattes* proposta durante o I Simpósio Brasileiro de Maternidade e Ciência, realizado em Porto Alegre –, o CNPq incluiu no Currículo *Lattes*⁴ a possibilidade de registro dos períodos de licença-maternidade.

⁴ De acordo com Sguissardi e Silva Junior (2009, p. 45), “o Currículo Lattes consiste no portfólio de muitos doutores, formados depois de implantado o novo Modelo CAPES de Avaliação, em 1996-1997, a correrem atrás de pós-doutoramentos, de publicações, de bolsas de produtividade, de participação em congressos bem classificados academicamente, isto no objetivo de fazer caminhar a ‘nova universidade’, sem saberem bem para onde ela caminha”.

O currículo público e obrigatório para todos cientistas do Brasil, o Lattes, terá um campo a mais nos próximos dias. *Ao lado de informações sobre produção bibliográfica e participação em congressos, por exemplo, pesquisadoras mulheres também poderão preencher uma área nova indicando períodos de licença-maternidade.*

A nova seção, chamada “Licenças”, poderá ser preenchida opcionalmente por pesquisadoras mulheres a partir do dia 15 de abril (RIGHETTI, 2021, online, grifo nosso).

Considerando que o direito das mulheres à licença-maternidade surgiu no Brasil em 1943, com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o que esses exemplos evidenciam é o quão recente se fez o reconhecimento estatal da maternidade na ciência brasileira e o quanto essa problemática foi, até então, obnubilada nas universidades e nos centros de pesquisa do país.

4 Maternidade e carreira acadêmica: um problema social e de pesquisa

Em 2017, um grupo de professores universitários – seis professoras e um professor –, tendo em vista suas experiências pessoais de maternidade e (paternidade) e a ausência de dados e de conhecimento sobre as relações entre carreira e filhos na ciência, decidiram criar o *Parent in Science*, iniciativa coletiva com a finalidade de promover mudanças institucionais que apoiem e incentivem as mães (e os pais) que fazem ciência.

O *Parent in Science* surgiu com o intuito de levantar a discussão sobre a maternidade (e paternidade!) dentro do universo da ciência do Brasil. Iniciamos nossas ações para preencher um vazio, de dados e de conhecimento, sobre uma *questão fundamental: o impacto dos filhos na carreira científica de mulheres e homens* (PARENT IN SCIENCE, 2021, online, grifo nosso).

Figura 1 - Logotipo do movimento *Parent in Science*.



Fonte: *Parent in Science* (2021).

Segundo Staniscuaski (2017), coordenadora desse projeto, a ideia é “conseguir algum tipo de financiamento destinado exclusivamente às recém mães dentro da carreira científica”, dado o impacto da maternidade na carreira acadêmica das mulheres, expresso na diminuição da sua produção científica – leia-se, número de *papers* publicados – e, conseqüentemente, na dificuldade de obtenção de financiamento de pesquisa: “Meu [Currículo] Lattes tem um buraco enorme em 2014 e 2015, mas não dá para preenchê-lo colocando a certidão de nascimento delas!”. É claro que esse impacto se faz recíproco, isto é, há também um impacto da carreira acadêmica na maternidade das mulheres, na medida em que parecem existir repercussões na saúde e na vida familiar das professoras mães.

Eu sonhei muitas noites a respeito de não estar produzindo. Aí teve uma docente que relatou também que dorme e fica pensando naquilo constantemente, de que não produziu todos os *papers* que precisava. Isso fica na nossa mente, isso atrapalha muito a dinâmica em casa também. A gente já tem um tempo reduzido com as crianças em casa e o tempo que você está com elas você está pensando: “Ah, eu tinha que estar escrevendo artigo, eu tenho que estar corrigindo o negócio”. Então isso tem um impacto tanto na vida da mãe quanto na vida da criança. E isso não é saudável! (STANISCUASKI, 2017).

Um dos trabalhos pioneiros no país sobre as relações entre carreira acadêmica e maternidade é o de Bitencourt (2013), que investigou o significado da maternidade entre doutorandas de uma universidade pública do Sul do Brasil. Valendo-se de depoimentos de doutorandas sem filhos, doutorandas gestantes e doutorandas mães de diferentes áreas do conhecimento, Bitencourt (2013, p. 30) concluiu que “as doutorandas ao incorporarem o *habitus* científico, constroem discursos argumentando a negatividade da maternidade para suas vidas. Assim, para evitar o conflito entre carreira e maternidade, as mulheres optam por não ter filhos”. Isso significa dizer que “a maternidade é percebida como ‘anormal’ no contexto acadêmico” (BITENCOURT, 2013, p. 161) e “o sentimento de culpa é quase onipresente nesse meio, tanto quando as mulheres escolhem dedicarem-se aos filhos como quando decidem pela carreira” (BITENCOURT, 2013, p. 159-160). O trabalho de Bitencourt (2013), além de pioneiro, permitiu-nos um diálogo teórico-metodológico para a análise das relações entre carreira acadêmica e maternidade, que apresentaremos a seguir.

5 Relações entre carreira acadêmica e maternidade docente

Na pesquisa sobre as condições de trabalho docente nos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Ciências Sociais na Unicamp, para apreendermos as relações entre carreira acadêmica e maternidade, dividimos as professoras pesquisadas em dois subgrupos, as professoras mães e as professoras sem filhos.

As professoras mães experienciam múltiplas tensões nas relações entre carreira acadêmica e maternidade. A primeira delas refere-se ao tempo de trabalho às quais estão submetidas, compreendendo, de um lado, o tempo de trabalho assalariado como professor e, de outro, o tempo de trabalho doméstico, ligado às relações afetivas da família como mãe. Essa é a percepção de uma professora sem filhos, construída a partir de sua experiência de trabalho coletivo com as professoras mães.

(...) eu chego em determinado momento que eu posso continuar e que elas precisam pegar a criança na escola. E aí eu percebo isso, elas retomam bem mais tarde depois. Eu percebo o quão extenuante é a jornada que elas fazem. (...) as minhas duas colegas tinham filhos, têm dois filhos, cada uma tinha dois filhos, então dava umas seis e pouco elas tinham que ir para casa para pegar os filhos na escola e jantar. E aí quando dava umas 22h30, 23h00, a gente voltava no *Skype* as três. Eu percebi o quão extenuante é essa jornada (E1)⁵.

Se para a professora sem filhos é possível alongar a sua jornada de trabalho assalariado, via autointensificação do trabalho, no caso das professoras mães o tempo do trabalho docente é condicionado pelo tempo de trabalho na esfera da reprodução, de educação e de cuidados dos filhos e da família. É indissociável, para as professoras mães, o trabalho profissional e o trabalho doméstico, a produção e a reprodução social. Nesse sentido, a dupla ou até mesmo a tripla jornada de trabalho das professoras mães, que combina e alterna trabalho profissional e trabalho doméstico na esfera reprodutiva, tende a ser longa e extenuante. A tensão entre trabalho assalariado e trabalho doméstico se expressa na ruptura de fronteiras e interpenetração da noção de tempo (jornadas) e a produção da vida e do viver. Os limites do tempo são invisíveis, parecem se expandir e se sobrepor.

⁵ A fim de manter o sigilo e o anonimato das professoras de sociologia da Unicamp entrevistadas, optamos por não fazer qualquer tipo de referência passível de identificação. Por isso, nos depoimentos utilizados nesse artigo, por um lado, suprimimos suas marcas pessoais, por intermédio da realização de cortes nos depoimentos, e, por outro, empregamos **E** associado a um número (**1**, **2**, **3** etc.), para nos referirmos, sequencialmente, ao excerto 1 dos depoimentos das professoras entrevistadas (**E1**), excerto 2 dos depoimentos das professoras entrevistadas (**E2**), excerto 3 dos depoimentos das professoras entrevistadas (**E3**) etc.

Outra tensão experienciada pelas professoras mães é a necessidade de se utilizar do trabalho de outras pessoas, delegando a essas, parcial ou integralmente, o trabalho doméstico e de cuidado dos filhos para poder se dedicar à carreira acadêmica. Para as professoras mães, é frequente o emprego do trabalho de outras mulheres como empregadas domésticas, faxineiras, babás etc., conforme indica uma professora mãe entrevistada:

(...) quando eu tive filho, aí bagunça um pouco, porque daí tem uma hora que o filho dá... Ah, sim. (...) eu tive empregada que estava comigo há muitos anos, então ela dividiu comigo e eu fui trabalhar normalmente (...). (...) daí a vida complicou um pouco. Eu sempre fui dividindo (...). Ah, você se vira. Ah, você se vira (E2).

Mesmo atribuindo o trabalho doméstico e de cuidado dos filhos a outras mulheres, as professoras mães necessitam de um tempo maior para a construção da sua carreira acadêmica. Diferentemente das professoras sem filhos, que constroem suas carreiras em menor tempo e de modo linear, as professoras mães intercalam períodos de gravidez, amamentação e maior cuidado dos filhos, com períodos de maior dedicação à sua carreira. Isso é o que relata uma professora sem filhos, a partir de suas observações sobre a temporalidade da construção da carreira acadêmica pelas professoras mães.

Muitas vezes, o que eu mais vejo acontecer, na verdade, são as meninas terminando o doutorado ou durante o doutorado tendo um filho ou tem um filho logo após o doutorado, espera um tempo, vai fazer outras coisas, um pouco em pesquisa, e retoma uma carreira propriamente acadêmica dentro da universidade, concursada, como professora, quando a criança já está com uns sete anos. É o que eu vejo acontecer com mais frequência, sei lá, voltar para academia depois que o filho estiver com idade um pouco mais de adulto. Eu acho que essa questão atravessa um pouco o nosso processo de construção de carreira, que está cada vez mais exigente, violento e competitivo (E3).

Por ser o “processo de construção da carreira (...) cada vez mais exigente, violento e competitivo”, as professoras mães lançam mão de diferentes estratégias para conciliarem a maternidade com a carreira acadêmica, como “se organizar muito”, “pensar em que mês vai engravidar” (E3) etc.

Tem colegas que chegam com uns conselhos que eu fico de orelha em pé, falam: “Você tem que se organizar muito”, “Tem que pensar em que mês vai engravidar para dar certinho, para terminar o semestre, ter o filho e tirar os seis meses [de licença-maternidade]”. Assim, um negócio muito absurdo, a pessoa nem presta atenção no que está falando (E4).

O sentimento de culpa das professoras mães, frente à dificuldade de conciliação da maternidade com a carreira acadêmica, constitui-se em outra tensão experienciada por essas

professoras. Para as professoras mães, há uma dupla ausência de tempo, tanto na maternidade quanto na carreira acadêmica, sendo essas produtoras do sentimento de culpa: “A pesquisa é quase um sacerdócio, com jornadas de 12 a 14 horas de trabalho, sem sábado nem domingo. Depois da maternidade, poucas manterão esse ritmo. E, se mantiverem, pagarão um preço alto: a culpa” (VELHO, 2007).

As professoras sem filhos também experienciam tensões nas relações entre carreira acadêmica e maternidade. A principal delas é a escolha, em idade reprodutiva, mas em situação de recém-ingresso na carreira, pela maternidade ou não maternidade.

Filhos. (...). Essa história, né? Eu estou (...) [na faixa dos 30 anos de idade] e aí começa essas conversas: “Quer ter filho?”, “Não quer ter filho?”, “Como que vai ser?” (...). E não sei ainda se eu quero ter [filho], enfim. E essa dimensão do “não sei ainda” porque, assim, amo criança, estou me sentindo cada vez mais maternal, tem muita gente ao meu redor tendo filho e é uma delícia aqueles bebezinhos, mas eu fico pensando que eu não sei se eu dou conta com essa rotina [de trabalho] que eu criei para mim mesma nesse início de carreira. Talvez um pouco mais para frente (...) (E5).

O conflito experienciado por essa professora sem filhos, ao ter que escolher entre carreira acadêmica e maternidade, evidencia a tensão acima indicada. Estando na faixa etária dos 30 anos, próxima ao fim de sua idade reprodutiva, porém, no início da carreira acadêmica,⁶ essa professora sem filhos se vê na seguinte contradição: apesar de gostar de bebês e crianças, de se sentir maternal, de ter amigos e familiares com filhos, opta por não ter filhos, pois ainda tem dúvidas se é possível conciliar a carreira acadêmica com a maternidade. A resolução desse conflito se dá com o adiamento da decisão, ou seja, a sua escolha de não ter filho seria momentânea (“não sei ainda”) e poderia ser alterada num futuro próximo (“um pouco mais para frente”) (E5). No presente, a construção da sua própria carreira acadêmica é prioridade em detrimento da maternidade.

Mas qual seria, então, a compreensão da maternidade entre as professoras sem filhos? Elas são confrontadas com o desejo de ter filhos, de tê-los quando quiser e se

⁶ “Realmente a maternidade pode ser entendida como um conflito para as mulheres modernas que pretendem (...) investir na carreira profissional. Apesar dos avanços da medicina e do aumento da perspectiva de vida da população, o período adequado para a reprodução feminina seria dos 20 aos 35 anos (...). Dessa forma, se uma mulher tiver uma vida longa, que atinja os cem anos de idade, ela teria em torno de duas décadas para procriar, justamente no período em que está (...) construindo sua carreira profissional” (PRATES; GONÇALVES, 2019, p. 6).

quiserem. Uma interrogação que emerge no depoimento de uma professora sem filhos: será a maternidade o principal obstáculo na construção de carreiras científicas?

(...) eu tenho muito essas conversas de corredor de “Tem filho?”, “Não tem filho?”, “Quer ter?”, “Não quer ter?”, e eu sempre respondo (...): “Olha, eu não sei, porque eu não consigo nem pensar se eu consigo dar conta”. Eu não sei pensar se eu quero não ter o espaço de silêncio para escrever o meu artigo. [Eu ainda] não consegui sentar para pensar, para me organizar lucidamente com essa questão e eu tenho muito medo de não dar conta por causa do trabalho, principalmente nesse começo de carreira. O que eu acho muito triste porque não deveria ser assim, que aí é a minha tomada de decisão sobre isso, mas uma coisa é a gente pensar racionalmente, outra coisa é a gente ter filho (E6).

Para as professoras sem filhos, a escolha pela não maternidade conjuga-se ao processo de construção da carreira acadêmica assentada na lógica da produtividade científica. A maternidade, então, é colocada em oposição ao “espaço de silêncio para escrever o meu artigo”, ao “trabalho”, ao “começo de carreira” (E6). No entanto, a escolha pela não maternidade não se explicita publicamente, pois trata-se de uma “tomada de decisão” que é “muito triste” e que “não deveria ser assim” (E6). Dessa forma, evidencia-se que, para as professoras sem filhos, a escolha pela construção da carreira acadêmica acaba por tornar a maternidade inviável.

6 Considerações finais

Nesse artigo, evidenciamos o quão recente se fez o reconhecimento estatal da maternidade na ciência brasileira e o quanto essa problemática esteve, até então, obnubilada nas universidades e nos centros de pesquisa do país. Isso significa dizer que a concessão da licença-maternidade para as mulheres cientistas no Brasil, isto é, as professoras, pesquisadoras e estudantes bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado, constitui-se numa concessão recente, adquirida gradualmente e somente após a primeira década do século XXI. Nesse sentido, as relações entre carreira acadêmica e maternidade configuram-se numa problemática relevante do ponto de vista social e científico, conforme demonstra a própria existência do movimento *Parent in Science*.

A análise das relações entre carreira acadêmica e maternidade, a partir do estudo de caso das professoras de sociologia da Unicamp, informa que as professoras mães experienciam múltiplas tensões: jornadas de trabalho extenuantes, delegação do trabalho

reprodutivo a outrem, maior tempo para a construção da carreira e sentimento de culpa frente a dificuldade de conciliação da maternidade com a carreira. Para as professoras sem filhos, a escolha pela não maternidade em defesa da carreira, fundamentada na produtividade científica, constitui-se na principal tensão experienciada.

Uma vez analisadas as tensões entre carreira acadêmica e maternidade experienciadas pelas professoras de sociologia da Unicamp, podemos finalmente responder à pergunta que é título desse artigo: na universidade brasileira, maternidade rima com produtividade científica? Se a produtividade científica é o motor da carreira acadêmica atual, a maternidade tende a figurar como um empecilho para a construção da carreira acadêmica, parecendo concordar com a tese de Beauvoir (2009): a maternidade é um obstáculo à liberdade das mulheres.⁷ É nesse sentido que argumentamos que na universidade brasileira, maternidade e produtividade científica não só não rimam, como também tendem a se excluir mutuamente. É justamente frente a isso que Castro e Chaguri (2020), ambas professoras de sociologia da Unicamp, advogam pela necessidade da criação de uma política científica feminista, baseada num ambiente acadêmico de respeito à diferença que marca a construção da carreira das professoras universitárias, no estímulo à sua produção científica e na dissociação entre trabalho feminino e trabalho de cuidado.

Referências

BITENCOURT, S. M. **Maternidade e carreira**: reflexões de acadêmicas na fase de doutorado. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Réponses**. Pour une anthropologie reflexive. Paris: Le Seuil, 1992.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. Diário Oficial da União: seção I, Brasília, DF, n. 241, p. 1-2, 18 dez., 2017.

⁷ “A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino” (SCAVONE, 2001, p. 138).

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Resolução Normativa nº 17, de 6 de julho de 2016**. Diário Oficial da União: seção I, Brasília, DF, n. 133, p. 11, 13 jul., 2006.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Resolução Normativa nº 14, de 17 de junho de 2010**. Diário Oficial da União: seção I, Brasília, DF, n. 116, p. 7, 24 jun., 2010a.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Resolução Normativa nº 35, de 6 de novembro de 2012**. Diário Oficial da União: seção I, Brasília, DF, n. 220, p. 22, 14 nov., 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 220, de 12 de novembro de 2010**. Diário Oficial da União: seção I, Brasília, DF, n. 218, p. 6, 16 nov., 2010b.

CASTRO, B.; CHAGURI, M. Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista. **Blog DADOS**, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/>. Acesso em: 22 mai. 2020.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun., 2014.

LICENÇA-MATERNIDADE para bolsistas. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 216, p. 10, fev., 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2014/02/Book-216-5.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

MULHERES NA CIÊNCIA. Produção de Embrapa Agroenergia. Distrito Federal: Embrapa Agroenergia, 2017. (13 min), **YouTube**, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9QReY268NXU>. Acesso em: 30 mar. 2018.

PARENT IN SCIENCE. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.parentinscience.com/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

PRATES, S. R.; GONÇALVEZ, J. P. Educação superior e relações de gênero: atividades domiciliares para mães estudantes de pedagogia. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 5, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653753/19108>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PROTETTI, F. H. **Transformações nas condições de trabalho dos professores de sociologia da Universidade Estadual de Campinas**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

PROTETTI, F. H. Pós-graduação em sociologia na Unicamp: mudanças e permanências. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 2, p. 25-67, jul./out., 2021.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RIGHETTI, S. Currículo Lattes passará a ter nova seção para indicar período de licença-maternidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Educação, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2021/04/curriculo-lattes-passara-a-ter-nova-secao-para-indicar-periodo-de-licenca-maternidade.shtml>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p.137-150, 2001.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

STANISCUASKI, F. **Precisamos falar sobre nossos filhos!** Entendendo o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras. Palestra proferida no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=37193>. Acesso em: 16 mar. 2018.

VELHO, L. **Desafio da mulher cientista no Brasil**. São Paulo, 2007. (Entrevista concedida à revista Cláudia). Disponível em: <https://namidia.fapesp.br/desafio-da-mulher-cientista-no-brasil/8257>. Acesso em: 18 mar. 2018.